

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CONCORRÊNCIA 07/2009

A Comissão de Licitações da UFSM, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria/RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação, na Modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo maior oferta, para PERMISSÃO DE USO DE 229,50 M² de ÁREA FÍSICA localizada na casa 16 A do CENTRO DE EVENTOS DA UFSM, Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Maria, para INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESA VOLTADA AO AGRONEGÓCIOS OU NÚCLEO DE CRIADORES DE ANIMAIS OU ENTIDADES DE CARATER CULTURAL, conforme especificado no item nº 2 deste Edital, de acordo com o que prescreve a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada por legislação posterior, e Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002.

1. Os envelopes nº 1 (documentos) e nº 2 (propostas) serão recebidos pela Comissão de Licitações, na sala 666, 6º pavimento do Edifício da Administração Central, Campus Universitário - Camobi, Santa Maria/RS, de acordo com o que segue e tendo em vista o que consta no processo 23081.002190/2009-99.

Data limite para entrega dos envelopes nº 1 (documentação) e nº 2 (proposta):

Dia 07/05/2009 até às 14:00 horas.

Datas de abertura dos envelopes:

1ª. abertura - dia 07/05/2009, às 14:00 horas (envelope 01)

2ª. abertura - dia 15/05/2009, às 14:00 horas (envelope 02)

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto a PERMISSÃO DE USO DE 229,50 M² DE ÁREA FÍSICA localizada na casa 16 A do CENTRO DE EVENTOS DA UFSM, Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Maria, para INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, OU EMPRESA VOLTADA AO AGRONEGÓCIOS, OU NÚCLEO DE CRIADORES DE ANIMAIS, OU ENTIDADES DE CARATER CULTURAL

2.2. A Licitante Vencedora deverá providenciar às suas custas, sem ônus para a UFSM, antes de iniciar as suas atividades, a aquisição de um medidor de energia elétrica, e entregar para a Prefeitura da Cidade Universitária, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do termo de permissão, o qual será instalado pela UFSM em lugar apropriado, junto ao quadro de medição já previsto naquele local. Este medidor servirá para leitura do consumo mensal de energia elétrica.

2.3. Será firmado um Termo de Permissão com a Licitante Vencedora, com prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 DA DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE 1)

As licitantes poderão participar da presente licitação sob duas formas:

3.1.1. Empresas cadastradas e habilitadas no SICAF, na forma da lei.

3.2. Empresas que não estiverem inscritas junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

3.2.1. Apresentar, em uma única via, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, a documentação relativa à habilitação jurídica; à qualificação econômico-financeira; à regularidade fiscal e à qualificação técnica, conforme o seguinte:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;

II - Qualificação Econômico Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física

III - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ
- b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.;

IV - Qualificação Técnica:

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

3.3. Todas as licitantes deverão apresentar no dia da entrega dos envelopes:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente de responsabilidade da licitante, podendo ser usado o modelo do Anexo 1 deste Edital.
- b) Termo de Desistência Recursal, se for o caso, podendo ser usado o modelo constante no Anexo 2 deste Edital. (não constitui documentação obrigatória)
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no anexo 3 deste Edital.

3.4. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, REITORIA/UFSM – CEP 97.105-900 CONCORRÊNCIA Nº _____ DIA/...../....., às horas ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO CNPJ DA EMPRESA: _____ RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____</p>

4. DA PROPOSTA (ENVELOPE 2)

4.1. A proposta deverá ser apresentada devidamente datada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

4.1.1. Citar o tipo de serviço ofertado conforme consta no subitem 2.1.

4.2. A proposta deverá conter **o valor de retribuição mínimo mensal à Universidade**, pela ocupação da área física, o qual não poderá ser inferior a **R\$ 229,50 (Duzentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)** e o valor máximo de **R\$ 344,25 (trezentos e quarenta e quatro reais vinte e cinco centavos)**;

4.3. Será desclassificada a proposta que esteja em desacordo com o Edital, bem como as que forem manifestamente inexecutáveis ou, ainda, apresentada em papel de uso em aparelho fac-símile.

4.4. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – SANTA MARIA/RS- CEP: 97105-900
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVENIDA RORAIMA, 1000
SALA 666, ED. REITORIA
NÚMERO da CONCORRÊNCIA _____
DIA ____/____/____, às _____ HORAS
ENVELOPE 02 - PROPOSTA

CNPJ nº _____

5. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. Nos dias, hora e local marcados, terá início a sessão de abertura das propostas pelo Presidente da Comissão de Licitações para exame das mesmas.

5.2. A Comissão de Licitações rubricará a documentação e as propostas apresentadas, submetendo as mesmas ao exame e rubrica dos representantes credenciados presentes em cada sessão.

5.2.1. Para os fins acima, a credencial deverá ser através de procuração específica ou indicação no cadastro da empresa no SICAF, a qual concede poderes ao representante credenciado, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar os recursos.

5.3. Havendo dúvidas, o Presidente da Comissão de Licitações deverá registrar em ata as razões que a determinaram, podendo reter documentos que a instruem.

5.4. Após a habilitação, não havendo, pelos participantes, intenção de recurso, o que deverá ser expresso em formulário próprio, fornecido pela UFSM, bem como consignado em ata, proceder-se-á a imediata abertura dos ENVELOPES Nº 02 (PROPOSTAS), podendo ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, a critério do Presidente da Comissão de Licitações. Havendo a intenção de recurso, a data para abertura do ENVELOPE Nº 02 SERÁ A CONSTANTE DO ITEM 01 DESTE Edital, desde que julgados todos os recursos.

5.5. Será franqueado aos proponentes o exame dos documentos e propostas, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observações que entender conveniente, desde que o faça no momento próprio, anunciado pelo Presidente da Comissão de Licitações, não sendo registrada em ata qualquer intervenção intempestiva.

5.6. Fica reservado à Comissão de Licitação, que julgará a presente Concorrência, o direito de acatar ou não as impugnações ou observações registradas em ata.

5.7. As dúvidas que surgirem durante a reunião, serão a juízo do Presidente da Comissão de Licitação, por este resolvidas na presença dos licitantes, ou deixadas para ulterior deliberação, devendo o fato ser registrado em ata.

6. JULGAMENTO

6.1. A Comissão de Licitações adjudicará a proposta mais vantajosa para a administração, através do seguinte critério:

a) O maior valor ofertado a título de retribuição mensal à UFSM, pela ocupação da área física, a partir do mínimo exigido no subitem 4.2.; obedecidas as demais condições deste Edital.

b) Havendo empate no valor máximo ofertado, a escolha da Licitante Vencedora far-se-á por sorteio.

7. ADJUDICAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido a Licitante Vencedora mediante Termo de Permissão, nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, cuja minuta anexa é parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse transcrita.

7.2 O Termo de Permissão deverá ser retirado, assinado e devolvido pela Licitante Vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da convocação feita pela UFSM, sob pena de decair o direito à Permissão.

8. SANÇÕES CONTRATUAIS

8.1. As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

8.1.1. A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

8.2. Na hipótese de atraso no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido no primeiro mês, e de 4% (quatro por cento) a partir do segundo mês de inadimplemento.

8.2.1. Decorridos 15 (quinze) dias de **atraso no pagamento referente ao consumo de energia elétrica**, a Prefeitura da Cidade Universitária fará o corte da energia, e para seu religamento a Licitante Vencedora deverá apresentar as guias comprovando o pagamento.

8.2.2. Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento e na retribuição de energia elétrica devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.3. Será passível de penalidade a Licitante Vencedora que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Edital de Concorrência e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanados da Prefeitura da Cidade Universitária, complementares a este Edital.

8.3.1. As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

8.3.1.1 A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Edital será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Os recursos administrativos cabíveis são os previstos nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

10.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93.

10.3. A proposta apresentada terá validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de abertura do ENVELOPE nº 02.

10.4. A Licitante Vencedora obriga-se a manter, durante toda a vigência da Permissão, as condições de qualificação e habilitação exigidas neste edital.

10.5. A qualquer tempo a UFSM, poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificação em questão, conforme artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

10.6. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, esta será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

10.7. Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

10.8. Cópias deste Edital serão disponibilizadas no Serviço de Cópias, térreo, do Prédio da Administração Central, Campus Universitário da UFSM, Santa Maria/RS. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento desta licitação serão fornecidos pelos telefones **(055) 3220-8189, Fax (055) 3220-8672 e (055) 3220-8777**. As cópias e informações serão fornecidas de segunda a sexta-feira, em horário de expediente externo da UFSM.

Santa Maria, 03 de abril de 2009.

Jayne Worst,
Presidente

Anexo 1

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A Empresa _____, inscrita sob o CNPJ n
 _____ / _____ - _____ sediada na cidade de
 _____, Estado _____, à rua
 _____, n. _____ bairro _____,
 CEP _____ - _____, FONE n. _____ FAX n. _____,
 dados bancários: Banco _____, Agência, _____, conta corrente
 _____. declara sob as penas da lei, que até a presente data:

- A) **Inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação no presente processo licitatório.** bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- B) Não possui em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no inciso X do artigo 117 de Lei 8112/90.
- C) Não possui em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme inciso III do art. 9º da Lei 8666/93.

Santa Maria, _____ de _____ de 200__.

 Assinatura

 Nome do Declarante

 Nº Cédula de Identidade:

ANEXO 2
(Opcional)

TERMO DE DESISTÊNCIA RECURSAL

A Empresa _____ CNPJ n
_____, por intermédio de seu Representante
legal _____ (conforme documento em anexo), no presente
ato e na melhor forma de direito, vem DESISTIR de qualquer recurso cabível relativo à fase
de habilitação referente a Concorrência nº _____, promovida pela Universidade Federal
de Santa Maria, de acordo com o Artigo 43, III da Lei n. 8.666, de 21.06.93, alterada pela
Lei 8.883/94.

Santa Maria, _____ de _____ de 200__.

(assinatura)

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

TERMO DE PERMISSÃO Nº 04/2009

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, inscrita no CNPJ nº 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, Santa Maria, neste ato representada pelo Vice Reitor, Prof. Felipe Martins Müller, outorga a Permissão de uso do espaço físico para a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida _____, representada pelo Sr. _____, a seguir denominadas **PERMITENTE** e **PERMISSIONÁRIA**, respectivamente, com o fim específico de PERMISSÃO DE USO DE 126,40 M² DE ÁREA FÍSICA localizada na casa 16 A do CENTRO DE EVENTOS DA UFSM, Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Maria conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão, para INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, OU EMPRESA VOLTADA AO AGRONEGÓCIOS, OU NÚCLEO DE CRIADORES DE ANIMAIS, OU ENTIDADES DE CARATER CULTURAL, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e do que consta no processo 23081.002190/2009-99 e da proposta da Licitante Vencedora da *Concorrência nº 07/2009*, assinam o presente Termo de Permissão, para o fim acima e de acordo com o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

A PERMISSIONÁRIA, receberá da PERMITENTE, a área física da, PERMISSÃO DE USO DE 229,50 M² DE ÁREA FÍSICA localizada na casa 16 A do CENTRO DE EVENTOS DA UFSM, para INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, OU EMPRESA VOLTADA AO AGRONEGÓCIOS, OU NÚCLEO DE CRIADORES DE ANIMAIS, OU ENTIDADES DE CARATER CULTURAL.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá providenciar às suas custas, sem ônus para a UFSM, antes de iniciar as suas atividades, a aquisição de um medidor de energia elétrica, e entregar para a Prefeitura da Cidade Universitária, no prazo de 30 dias após a assinatura do termo de permissão, o qual será instalado pela UFSM em lugar apropriado, junto ao quadro de medição já previsto naquele local. Este medidor servirá para leitura do consumo mensal de energia elétrica.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA COMPETÊNCIA DA PERMISSIONÁRIA

Compete à Permissionária:

1) Manter em condições a área e as instalações cedidas e responsabilizar-se pelos custos da manutenção;

2) Todos os eventos programados pela PERMISSIONÁRIA deverão ser previamente agendados junto a secretaria da Direção do Centro de Eventos;

3) Os serviços adicionais a serem prestados pelo Centro de Eventos, com vistas a viabilizar a realização dos eventos programados pela PERMISSIONÁRIA, deverão ser oficialmente solicitados àquela Direção, que com a devida antecedência emitirá o correspondente orçamento para a PERMISSIONÁRIA aprovar e ordenar a execução;

4) O uso de espaços físicos para realização de outras atividades, não especificadas neste termo, bem como, alterações, ampliações, modificações, etc, nestes espaços, somente poderão ser efetivadas com o prévio consentimento da Direção do Centro de Eventos, mediante Termo Aditivo;

5) A PERMISSIONÁRIA somente poderá usar a área territorial e as referidas instalações cedidas para a realização de suas atividades fins, não podendo, portanto, cedê-las ou locá-las para terceiros e/ou para uso de outras atividades;

6) No prazo de vigência deste termo, a PERMISSIONÁRIA se compromete a ceder à PERMITENTE, as áreas territoriais e instalações relacionadas na Cláusula Primeira, sempre que ela necessitar, desde que, na ocasião, a PERMISSIONÁRIA não vier a fazer uso das mesmas para o desenvolvimento de suas atividades fins;

7) A PERMISSIONÁRIA se compromete, ainda, observar e seguir rigorosamente o que estabelece o Regimento Interno do Centro de Eventos.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DA RETRIBUIÇÃO E DO REAJUSTE

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a pagar à Universidade, até o 5º dia útil do mês subsequente ao devido, o valor de R\$ (), como retribuição pela ocupação da área física, descrita na cláusula primeira deste termo.

O boleto bancário, devidamente preenchido, será encaminhado para cobrança, através do Banco do Brasil S/A, agência nº 1484-2, conta nº 250.029-9, Projeto Manutenção do Centro de Eventos da UFSM, registrado na FATECIENS sob o nº 97029.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

No valor da taxa de manutenção já estão inclusos: água, limpeza externa e taxa bancária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O valor mensal da taxa de manutenção será corrigido na mesma época, e na mesma proporção, da correção dos componentes da taxa pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

O pagamento da taxa de manutenção não isenta a PERMISSIONÁRIA do pagamento de cotas para participação em eventos no Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Maria, a qual deverá ser acertada com as respectivas Comissões organizadoras dos eventos.

CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Para pagamento da retribuição devida e do consumo de energia elétrica a PERMISSIONÁRIA deverá retirar junto a Prefeitura da Cidade Universitária, até o 5º (quinto) dia de cada mês, as guias de recolhimento bancário correspondente ao mês anterior.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A guia de recolhimento bancário será preenchida pelo órgão supracitado, com o valor em reais, para pagamento na UG Gestora 15316415238, Códigos de Depósitos: para o ressarcimento mensal 28804-7 e 28830-6 referente ao consumo de energia elétrica.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Após ter efetuado o recolhimento, a PERMISSIONÁRIA deverá enviar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, cópia do comprovante à Prefeitura da Cidade Universitária.

SUBCLÁUSULA QUARTA

No caso de ocorrer o previsto na Subcláusula Terceira da Cláusula Décima Primeira, o valor correspondente a juros e multa será acrescido ao pagamento do valor devido no mês subsequente.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Os valores referentes ao ressarcimento mensal e energia elétrica incidem a partir da Autorização para início das atividades, expedida pela Pro-Reitoria de Extensão, conforme Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA DAS ALTERAÇÕES NO ESPAÇO FÍSICO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA tomará providências para que o espaço físico satisfaça as exigências legais com relação ao seu respectivo ramo de atividades.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As alterações, adaptações, conservação e manutenção do espaço físico referidos na subcláusula primeira desta Cláusula serão de inteira e total responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá submeter, previamente à Prefeitura da Cidade Universitária, as providências mencionadas nesta cláusula, que serão examinadas quanto a sua conveniência para a Universidade ou atendimento de exigências legais, podendo ser aprovadas ou não, ou então determinadas as alterações ou modificações necessárias.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A PERMISSIONÁRIA não terá qualquer direito de retenção ou retirada de benfeitorias ou acessões, as quais ficam incorporadas aos bens da UFSM, salvo quando interesse a esta, a reposição do espaço físico nas condições originais, caso em que ocorrerá o pagamento mensal até a retirada das citadas benfeitorias ou acessões.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Após a desocupação, interessando à PERMITENTE a restituição do espaço físico à situação original e frente a negativa da PERMISSIONÁRIA de assim proceder, fica a UFSM autorizada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e aprovação de orçamento pela Permissionária, a realizar as obras necessárias cobrando desta os valores gastos com este fim.

CLÁUSULA SEXTA *DESOCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Findo o prazo de Permissão, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a desocupar e entregar, no dia subsequente, o espaço físico que lhe havia sido destinado nas mesmas condições do início das atividades, o que fará independente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O prazo disposto na subcláusula anterior não será aplicável à PERMISSIONÁRIA que estiver participando de nova licitação e esta ainda não tenha sido julgada, ou quando a tiver vencido novamente. Entretanto, caso a PERMISSIONÁRIA seja declarada perdedora no processo de licitação a que se submeteu, terá 15 (quinze) dias úteis a contar da data da notificação do julgamento da licitação para desocupar o espaço físico.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A entrega do espaço físico desocupado será feita a funcionário designado pela Prefeitura da UFSM, de cujo ato será lavrado termo de vistoria e recebimento, com ciência da PERMISSIONÁRIA. Na hipótese de ser constatado qualquer dano, a PERMISSIONÁRIA deverá ser responsabilizada e indenizar os danos apontados pelo laudo, ou poderão ser adotadas outras medidas julgadas convenientes pela Administração, conforme prevê o artigo 67, parágrafo 2º da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA *DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá atender às exigências da Prefeitura da Cidade Universitária ou outro órgão competente relacionadas com as medidas de segurança, prevenção e combate ao fogo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

À PERMISSIONÁRIA caberá total responsabilidade pela adoção de qualquer tipo de seguro contra riscos a que estiver sujeito o seu estabelecimento ou seus funcionários.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

À Universidade não caberá qualquer responsabilidade quanto à indenização ou outra forma de ressarcimento, pelos eventuais danos ou prejuízos que possa sofrer a PERMISSIONÁRIA ou seu estabelecimento causado por roubo, furto, fogo ou fenômenos climáticos.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A PERMISSIONÁRIA providenciará, a sua custa, o seguro de responsabilidade civil, inclusive respondendo pelo que exceder da cobertura dada pela seguradora, não cabendo a UNIVERSIDADE qualquer obrigação decorrente de riscos de espécie.

CLÁUSULA OITAVA *DA FISCALIZAÇÃO DA LOJA*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A fiscalização da PERMISSIONÁRIA será exercida pelos órgãos competentes e pela Prefeitura da Cidade Universitária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93 fica indicada, como gestor do Termo de Permissão, o Servidor da Prefeitura/UFSM, Prof. Saul Fontoura da Silva, Matrícula SIAPE nº 380571, diretor do Centro de Eventos.

CLÁUSULA NONA *DAS DETERMINAÇÕES DA PREFEITURA/UFSM*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA está obrigada a cumprir todas as exigências legais que regulamentam o funcionamento de lojas deste tipo, bem como acatar as determinações complementares, emanadas da Prefeitura da Cidade Universitária, relacionadas com o assunto.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DO LIXO

A PERMISSIONÁRIA deverá manter recipientes adequados ao recolhimento seletivo do lixo e responsabilizar-se-á pela remoção deste, diariamente, ao ponto de coleta geral.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS PROIBIÇÕES

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Não será permitido à PERMISSIONÁRIA, sob pena de revogação da Permissão, fechar seu estabelecimento, por qualquer motivo, sem a prévia e necessária autorização, expedida pela Prefeitura da Cidade Universitária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Não será permitida a propaganda de marcas de produtos no “Luminoso para Identificação e Propaganda da Empresa”, o qual deverá conter somente propaganda da própria empresa.

OBS.: O luminoso deverá seguir o padrão fornecido pela UFSM.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Não será permitido à PERMISSIONÁRIA transferir, alugar, subalugar, passar para terceiros ou doar a área física objeto deste Termo de Permissão, mediante a utilização de qualquer artifício, mesmo permanecendo em seu nome.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8666, de 21.06.93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Na hipótese de atraso no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSIONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento), sobre o total devido, no primeiro mês e de 4% (quatro por cento) no segundo mês.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Os valores estipulados acima serão cobrados em dobro em caso de reincidência no atraso da retribuição.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso na retribuição devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA SEXTA

Decorridos 15 (quinze) dias de **atraso no pagamento referente ao consumo de energia elétrica**, a Prefeitura da Cidade Universitária fará o corte da energia, e para seu religamento a Licitante Vencedora deverá apresentar as guias comprovando o pagamento.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

Será passível de penalidade a PERMISSIONÁRIA ao infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Permissão e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanadas da Prefeitura da Cidade Universitária, complementares a este Termo.

- As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa,
- c) Cancelamento da Permissão.

A multa para qualquer infringência ao constante no presente Termo de Permissão será de 10% (dez por cento) do valor da retribuição mensal descrito no mesmo, sendo dobrada em caso de reincidência. Excetuando-se o previsto na Subcláusula Terceira desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VIGÊNCIA DO TERMO DE PERMISSÃO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A Permissão terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado para até 60 (sessenta) meses.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Para se habilitar ao normal exercício de suas atividades, a PERMISSIONÁRIA deverá obter da Pro-Reitoria de Extensão, a respectiva licença, que lhe será concedida após fazer entrega de uma cópia devidamente assinada do Termo de Permissão, expedido pelo Departamento de Material e Patrimônio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA REVOGAÇÃO DA PERMISSÃO

Independentemente do fiel cumprimento das obrigações, poderá a UFSM revogar a qualquer tempo a Permissão, com aviso prévio de 60 dias, caso deseje dar nova destinação ao espaço físico ou modificar o uso das áreas adjacentes.

O órgão competente para sugerir ao Reitor, a qualquer tempo, a revogação da Permissão será a Pro-Reitoria de Extensão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter, durante a vigência deste Termo, as condições de qualificação e habilitação exigidas em Lei. A qualquer tempo a PERMITENTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

Santa Maria, de de 2009.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS
